

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.935 - DF (2018/0335502-0)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : JOSE CELSO GONTIJO ENGENHARIA S/A
ADVOGADOS : RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO - DF002221A
ROBERTO MARIANO DE OLIVEIRA SOARES - DF023604
ANA CLÁUDIA LOBO BARREIRA - DF025846
DANILO LEMOS LOLI - DF052344
SOC. de ADV. : AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS
AGRAVADO : EDUARDO DE SOUZA COSTA ALVES
AGRAVADO : PRISCILA GOGGIN ALVES
ADVOGADOS : RAVIK DE BARROS BELLO RIBEIRO - DF033192
LORENA MICHELINE DE SOUSA OLIVEIRA E SILVA - DF057886
INTERES. : CONSORCIO PROSIL
ADVOGADOS : ANDRÉ PUPPIN MACEDO E OUTRO(S) - DF012004
ALEXANDRE SPEZIA E OUTRO(S) - DF020555

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. SEDE RECURSAL. MAJORAÇÃO. CABIMENTO. MARCO TEMPORAL. DECISÃO RECORRIDA PUBLICADA A PARTIR DE 18.3.2016. NO CASO, TRATA-SE DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVADA. CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Em relação à majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais em sede recursal, disposta no art. 85, § 11, do CPC/2015, a jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que o marco temporal para seu cabimento é a decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o Código de Processo Civil de 2015. No caso do agravo em recurso especial, trata-se da decisão de admissibilidade do recurso especial, que, na hipótese, foi publicada em 20.8.2018, o que faz jus à majoração aplicada. Assim, a decisão monocrática ora agravada está em conformidade com a orientação jurisprudencial do STJ. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator